



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Valéria Ribeiro

Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Membro do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Turismo - PLANTUR
E-mail: valerii.ribeiro@gmail.com

Jessica dos Santos

Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: jessicasantos9703@gmail.com

Wagner Araújo de Oliveira

Bacharel e Mestre em turismo (UFRN)
Especialista em Gestão Ambiental (IFRN)
Professor Substituto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: wagnercnrn@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central realizar uma breve discussão teórica sobre os desafios enfrentados da gestão do ecoturismo no âmbito das Unidades de Conservação. Para isso, o mesmo descreve os tipos de UC's aptas para desenvolver a atividade, pontua os tipos de usos possíveis para o Ecoturismo em unidades de conservação e aponta possíveis contribuições e desafios das práticas de Ecoturismo em UC's, utilizando-se de autores como, Debetir e Orth (2007); Faria (2008); Neiman (2008) para dar subsídio à reflexão. Utilizou-se como procedimentos metodológicos levantamento bibliográfico para subsidiar a construção do trabalho com pesquisa em plataformas como o Google acadêmico e periódicos Capes como também pesquisa documental em *sites* oficiais do Governo Federal, como o Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente a fim de dar embasamento teórico à pesquisa. Portanto, o Ecoturismo, enquanto atividade de recreação e lazer surge como estratégia de conservação dos meios naturais e culturais. Dispõe de características e práticas que buscam desenvolver determinada região quando implementado. O ecoturismo quando atuante dentro de UC's as práticas são voltadas para conservação e conscientização dos visitantes e comunidades locais, reafirmando que é de suma importância a interpretação e educação ambiental como ferramenta para sensibilizar os visitantes acerca da importância dos princípios da conservação da natureza.

Palavras-Chave: Turismo; Ecoturismo; Unidades de Conservação.

1 INTRODUÇÃO



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

A atividade do ecoturismo se desenvolveu de forma promissora. Seus objetivos buscam o desenvolvimento sustentável, como conservar, preservar e recuperar o patrimônio natural e cultural, seus principais recursos. A partir da crescente necessidade do contato com a natureza, características presente nos turistas nas últimas décadas, a demanda pelo segmento cresce de forma considerável. Assim passou a ser percebido como uma forma de desenvolver a atividade turística, de modo a incentivar no turista o desejo de cuidar da natureza, o sentimento de fazer parte, e assim entender o meio ambiente enquanto parte necessária para a existência e não somente como fonte de recursos. Desenvolver a percepção do uso racional dos recursos naturais e culturais.

Com o crescimento do segmento em todo o mundo, o ecoturismo passou a ser visto como uma forma de fortalecer o desenvolvimento sustentável, a qual a atividade turística é desenvolvida de forma integrada, expandindo a conservação e uso consciente dos recursos (MIKHAILOVA; JANICE, 2008). A partir de suas características o ecoturismo passou a ser desenvolvido em Unidades de Conservação, enquanto ferramenta para a preservação da biodiversidade e geodiversidade.

Inicialmente, o desenvolvimento do Ecoturismo nas UC's, foi utilizado como forma de obtenção de lucro, totalmente voltado para o setor econômico, o que resultou em questionamentos sobre a real finalidade da atividade e o que de fato vinha ocorrendo, pois o intuito estava sendo distorcido do seu real propósito, ao qual se trata de promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer o uso consciente e sustentável dos recursos. A partir de questionamentos de estudiosos da área acerca da finalidade do segmento, o mesmo passou a ser visto como uma forma promissora para o desenvolvimento da educação ambiental, como maneira também de estimular a consciência ambiental nos turistas e visitantes que buscam pelo segmento.

Cabe ressaltar também a importância do Planejamento de Manejo diante da implementação do segmento de Ecoturismo dentro de Unidades de Conservação aptas para o desenvolvimento da atividade, assim como a execução de todas as exigências do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC quanto à preservação e conservação da área, protegida por Lei. Diante disso, pensou-se na realização do presente trabalho que tem como



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

objetivo central, realizar uma breve discussão teórica sobre os desafios enfrentados da gestão do ecoturismo no âmbito das Unidades de Conservação.

2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O ECOTURISMO

O ecoturismo começou a ser pensado de forma sistemática, a partir da década de 70, com os movimentos ambientalistas e com a crescente preocupação com a degradação do meio ambiente. A gradual existência de eventos e documentos deu forças aos discursos, a exemplo da “Conferencia de Estocolmo”, que marcou de forma contundente os discursos sobre preocupações relacionadas ao meio ambiente, contou com a presença de mais de 100 representantes de vários países (BRASIL, 1994).

Outro evento que marca a evolução dos discursos acerca do assunto foi a “Rio 92”, transformando-se em seguida nas metas da “Agenda 21”, que traz os processos de desenvolvimento enfocando em temas como Eco tecnologia. No Brasil, os debates acerca do Ecoturismo se desenvolveram a partir dos anos 80, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente, marcada pela criação da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para monitorar as práticas existentes à época, que se configuravam como desordenada e crescente (BRASIL, 1994).

Ministério do Turismo (Mtur) conceitua o ecoturismo como “um segmento da atividade turística que utiliza de formas sustentáveis, o património natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 1994, p. 17). O segmento se configura como uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, usando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e conservação.

A atividade do ecoturismo é um ramo do turismo que usufrui dos recursos locais, busca conservá-lo, promover o bem-estar das populações locais envolvidas, assim como desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato das pessoas e o meio ambiente em que se incorpora a atividade. Dispõe de características essenciais e identitárias, as quais



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

caracterizam o segmento. São questões necessárias para a sua execução, as mesmas estão presentes em sua constituição, a qual rege atualmente as atividades desenvolvidas. Brasil (2008) aborda algumas das principais características:

Quadro 1: Características do Ecoturismo.

ATIVIDADES PRATICADAS	Correspondem à complementaridade das atividades tradicionalmente ditas como turísticas, e as práticas que as geram. Das atividades que são praticadas no segmento do Ecoturismo se caracteriza principalmente em dois âmbitos, a Observação e Contemplação da natureza.
ESCALA	Caracteriza sob dois aspectos principais, em função da capacidade de suporte, que são eles: o volume e intensidade dos fluxos turísticos, que trata sobre a baixa quantidade de turistas e à frequência da visitação; e porte dos equipamentos, que trata sobre as dimensões das instalações. Quando se trata sobre desenvolver atividades no meio ambiente deve-se levar em consideração a capacidade de suporte desse meio. Assim, esse segmento tem como característica e necessidade definir a escolha da quantidade de turistas, com o intuito de que os impactos que a visitação possa causar sejam os menores possíveis.
GESTÃO, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.	Um dos aspectos que caracteriza o segmento está vinculada a adoção de estratégias e ações que venha minimiza os impactos negativos, da visitação turística por meio da Gestão Sustentável. Para isso é necessário um conjunto de medidas planejadas, organizadas, gerenciadas e sistemáticas para promover a conservação, preservação, recuperação e manejo da área em que a atividade será desenvolvida, salientando que dever ser desenvolvida em equilíbrio com as demais atividades envolvidas.
PAISAGEM	É um elemento na caracterização, por ser os locais preservados e sua atmosfera que compõe a motivação do turista. Como também por ser um recurso turístico por excelência. Busca-se a infraestrutura, equipamentos e serviços que venham a melhorar a intervenção na paisagem e na natureza. Sendo assim, é necessário que ocorra harmonização dos aspectos construtivos em relação ao meio físico, biológico e cultural, de forma que expresse e fortaleça a identidade do local. Nesse sentido, buscase a autenticidade, a simplicidade e a identidade do território.
INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	Aborda sobre permitir o entendimento do ambiente natural, estimular a atenção e o interesse do turista em relação à natureza e à cultura, esclarecendo correlações que normalmente não são perceptíveis ao simples olhar. As características do território são ressaltadas e definidas em um processo de facilitação da informação, assim levando o turista a compreender e vivenciar experiências mais significativas e ricas. Além disso, a interpretação serve para sensibilizar o turista acerca das questões que perpassam sobre a discursão de ecoturismo, e podem ser tratadas como forma de sustentabilidade, desde que as mensagens transmitidas podem ser usadas para modificar a visão do turista sobre esse tema, e promover a valorização da natureza.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Entende-se por educação ambiental o processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. É um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a proteção ambiental. Estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si relação de interdependência e diversidade, o que requer responsabilidade individual e coletiva local, nacional e mundial. (Brasil, 2008).
---------------------------	---

Fonte: (BRASIL, 2008) adaptado pelos autores (2019).

A conservação da bio e geodiversidade, por meio da implementação de Unidades de Conservação (UC), é uma ferramenta necessária para que o país consiga a conservação dos bens naturais, minimização dos problemas oriundos da 'crise ambiental', e promoção da qualidade de vida da sociedade. As UC's servem para proteger a diversidade biológica, e os recursos genéticos associados. Outro aspecto é a promoção da geração de renda e estímulo do desenvolvimento regional e local, apoiando programas de turismo sustentável, criação de cooperativas de ecoprodutos, entre outros, além de incentivarem atividades de pesquisa científica e processos educativos.

Unidade de Conservação é um termo utilizado no Brasil para definir as áreas instituídas pelo Poder Público para a proteção da fauna, flora, micro-organismos, corpos d'água, solo, clima, paisagens, e todos os processos ecológicos pertinentes aos ecossistemas naturais. Algumas categorias de Unidades de Conservação protegem também o patrimônio histórico-cultural, e as práticas e o modo de vida das populações tradicionais, permitindo o uso sustentável dos recursos naturais. (BRASIL, 2011).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC é composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo. Cada uma dessas categorias se diferencia quanto à forma de proteção e usos permitidos (BRASIL 2011). Há unidades de proteção integral, que necessitam de cuidados redobrados por sua fragilidade e particularidades ambientais, e há unidades de uso sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável e, ao mesmo tempo, serem conservados.

Assim, as unidades de conservação formam uma rede, na qual cada categoria contribui de uma forma específica para a conservação dos recursos naturais. Devido à imensa variedade da biosfera brasileira, a SNUC, dividi as UC's em dois grupos. Segundo Brasil (2008), são elas: **Unidades de conservação de proteção integral** - visam preservar a natureza em áreas



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

com pouca ou nenhuma ação humana, onde não se permite a utilização direta de recursos naturais. São subdivididas em cinco categorias: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio da vida silvestre. **Unidades de conservação de uso sustentável** - associam a conservação da natureza à utilização controlada dos recursos naturais. São subdivididas em sete categorias: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

Dentre os tipos de unidades de conservação citadas, nove categorias são permitidas visitas, e conseqüentemente o desenvolvimento do Ecoturismo. As visitas estão sujeitas as normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo de cada UC. O documento “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” lançado em 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente aborda cada categoria da seguinte forma:

Quadro 2: Categorias Indenitárias do Ecoturismo.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações.
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	Área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares, cujo objetivo é manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.
FLORESTA	Área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, cujo principal objetivo é o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica.
RESERVA EXTRATIVISTA	Área natural com o objetivo principal de proteger os meios, a vida e a cultura de populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, ao mesmo tempo, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais existentes.
RESERVA DE FAUNA	Área com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, onde são incentivados estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos.
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.
RESERVA PARTICULAR DO	Área privada criada para proteger a biodiversidade a partir de iniciativa



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

PATRIMÔNIO NATURAL	do proprietário.
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE	Ambiente natural onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.
PARQUE	Área destinada à proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental, e desenvolvidas pesquisas científicas.

Fonte: SNUC (2008) adaptado pelos autores (2019).

O Ecoturismo enquanto atividade de recreação e lazer tem como principal objetivo a valorização e conservação do meio ambiente. Praticado principalmente em áreas com potencial ecológico, como exemplo, as Unidades de Conservação. Para Bueno, et.al (2011, pag. 24) “O principal produto do turismo ecológico é o lazer em áreas preservadas. Visando principalmente a sustentabilidade ambiental e social, o Ecoturismo incorpora o conceito de turismo sustentável.”

Inicialmente, o ecoturismo foi trabalhado na ideia de lucro e o contato íntimo entre turistas e os recursos naturais e culturais oferecidos pelas regiões, principal motivação para o deslocamento nas últimas décadas, decorrência dos avanços tecnológicos e a globalização que vem despertando cada vez mais a necessidade de contato com a natureza nos indivíduos. Posteriormente começa a surgir críticas sobre o conceito naturalista do ecoturismo, que visa “construir uma consciência ambiental e não a de mudar opiniões, hábitos e condutas do ecoturista espontâneo ou oriundo de pacotes turísticos.” (COSTA; COSTA, 2005, pag. 14). Por essa razão começa a se pensar no Ecoturismo enquanto fomentador da Educação Ambiental.

Os muitos impactos causados pelo ecoturismo dentro das Unidades de Conservação, tantos os impactos positivos como os negativos sofrem influência da implementação da Educação Ambiental nas práticas de Ecoturismo dentro das UC’S, tendo alteração nos números de ambos. E principalmente, auxilia de forma bastante positiva no desenvolvimento, incremento e manutenção do plano de manejo das UC’S, principal documento para a preservação e manutenção das Unidades de Conservação.



2.1 GESTÃO EM UC's PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A gestão de UC's deve buscar aglutinar esforços constantes para uma gestão integradora, como também a consorciação do desenvolvimento sustentável com alternativas econômicas e sociais na região onde se insere, dentro dos parâmetros técnicos preconizados para cada categoria de manejo legalmente reconhecida (FARIA E PIRES, 2007). Faria (2004, p. 39) conceitua a gestão de UC's como:

Um processo que inclui planejamento, coordenação e controle dos componentes políticos, técnicos e operacionais e os atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira a obter-se a eficácia requerida para serem atendidos os objetivos que norteiam a existência da unidade de conservação.

Assim, para que UC atinja seu objetivo é necessário possuir desde sua criação, um orçamento adequado, recursos humanos capacitados, bases institucionais sólidas, apoio a sociedade e harmonização com o cenário político. Além disso, como ferramentas de gestão, se torna primordial a realização de monitoramento contínuo, pesquisas, zoneamento, visitação ao público, conhecimentos gerais e específicos e entre outras ações que visem o alcance dos objetivos da UC's.

É necessária realização contínua de monitoramento em UC's, considerado um ponto positivo no que tange ao gerenciamento, dessa forma, o Faria (2004) faz alusão que o monitoramento envolve a avaliação de um objeto ou fenômeno de natureza biológica, exata ou humana, mas, sobretudo no processo de repetição da observação, no espaço e no tempo, mediante o uso de procedimentos metodológicos para a coleta e comparação de dados. É uma ciranda que, ao ser iniciada, entusiasma os sujeitos dessa ação, porque estes veem que os resultados foram válidos e aproveitáveis.

Deste modo, os gestores e técnicos devem internalizar o monitoramento como instrumento imprescindível para conhecer e saber decidir (e quando ir), visando retroalimentar, melhorar a efetividade da gestão de modo consistente e sistemático (FARIA; PIRES, 2007).



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Nesse sentido, é pertinente a realização de pesquisas científicas para a geração de conhecimento que possa contribuir para a administração das UC's, sobre isso, Pauda e Chiaravalloti (2010) no manejo das UC's, o conhecimento tem a mesma importância que na sociedade. Quando usamos informação gerada por povos tradicionais ou cientistas, há mais garantia de que eles já foram testados e, conseqüentemente, as ações serão mais efetivas, uma vez que esses dois tipos de conhecimento vêm sendo construídos há centenas de anos.

Portanto, é essencial se apropriar do conhecimento científico e tradicional para o gerenciamento e do manejo das UC's. Em consonância com isso, a eficácia da gestão está fortemente relacionada com o acesso de informações, que por sua vez devem ser apresentadas na forma de documentos (digitais e analógicos) e serem acessíveis para consulta de técnicos e cidadãos. Contudo, todos devem englobar o conjunto de informações relacionadas ao ambiente natural e construído, dentro e no entorno da unidade de conservação com suas características físicas, sociais e econômicas (DEBETIR; ORTH, 2007). Para tanto, Debetir e Orth (2007), sugerem um sistema de suporte informacional que auxilia no processo de gestão de UC's, este sistema é composto por documentos legais, administrativos e técnicos, ver Quadro 3.

Quadro 3: Sistema de suporte informacional ao processo de gestão de UC's.

TIPOS	CONTEÚDOS
Acervo de documentos legais	<ul style="list-style-type: none">• Documentos específicos das unidades de conservação;• Documentos genéricos referentes à gestão ambiental e territorial incidentes na região onde se localizam das unidades;• Registros da situação fundiária (títulos de propriedade).
Planos, programas e projetos	<ul style="list-style-type: none">• Plano de manejo e zoneamento;• Programas de atividades;• Projetos de obras e ou ações
Relatórios técnicos	<ul style="list-style-type: none">• Relatórios de acompanhamento da implementação de planos, programas e projetos;• Relatórios anuais de apresentação dos resultados – “Avaliação do desempenho da gestão da unidade de conservação”.
Processos administrativos	<ul style="list-style-type: none">• Pareceres;• Licenciamentos.
Inventários dos recursos da unidade	<ul style="list-style-type: none">• Patrimônio natural;• Patrimônio histórico cultural;• Benfeitorias;• Materiais e equipamentos.
Controle da qualidade ambiental da unidade	<ul style="list-style-type: none">• Situação/valores de referência;• Rotinas de monitoramento.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

conservação	
-------------	--

Fonte: Elaborado com base no quadro desenvolvido por Debetir e Orth (2007).

Portanto, um dos problemas para a gestão do UC's é a dispersão dos documentos legais como também o desconhecimento tanto por parte da comunidade e quanto pelos gestores, desse modo é importante construir e manter atualizado esse tipo de acervo. Outro suporte essencial para planejamento de UC é a gestão do território, desse modo, a legislação brasileira estabelece um apoio para as iniciativas de gestão do território, que neste caso as estratégias são o zoneamento. Para o SNUC zoneamento é definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com a intenção de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz. Segundo lei do SNUC, Brasil (2002, p.2) o zoneamento ambiental pode ser dividido em setes zonas, a saber:

- I – Zona intangível: primitividade natural intacta. Dedicado à proteção integral;
- II – Zona primitiva: pequena ou mínima intervenção humana;
- III – Zona de uso extensivo: área natural, podendo apresentar alguma alteração;
- IV – Zona de Uso intensivo: área natural ou alterada pelo homem;
- V – Zona Histórica- Cultural: visa proteger os sítios históricos;
- VI – Zona de Recuperação: áreas naturais consideravelmente alteradas pelo homem;
- VII – Zona de Uso especial: é a que contém as áreas necessárias à administração.

Além disso, o SNUC (2002) tornou obrigatória a existência de zonas de amortecimento e corredores ecológicos, antes conhecidas como zonas de tampão, para algumas categorias de UC's. O primeiro é definido pelo SNUC como o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. E o segundo, é entendido como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando UC's, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Diante dessa discussão, essas definições devem estar previstas no plano de manejo da UC. O plano de manejo é definido como um documento técnico mediante o qual, com fundamentado nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o zoneamento e as normas que



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Brasil, 2000). De acordo com Brasil (2000, p 3) o Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de manejo.

§1º. O Plano de manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§2º. Na elaboração, atualização e implementação do Plano de manejo das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento sustentável, Áreas de Proteção Ambiental, e quando couber, das Florestas Nacionais e Áreas de Relevante Ecológico, será assegurado a ampla participação da população residente.

§3º. O plano de manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir de sua criação.

Ainda com aplicação no conceito gestão das UC's com o intuito de integrar a conservação com práticas de atividades humanas, ver-se nos últimos anos o estabelecimento de atividades recreativas, educacionais e turísticas. Como estratégias para atingir esse objetivo de gestão percebeu-se a necessidade nas atividades a inclusão da interpretação e educação ambiental como uma ferramenta para a sensibilização dos visitantes.

Quando planejado corretamente e com a devida organização o uso público para visitação, seja por turistas ou residentes do entorno pode contribuir com a geração de benefícios ambientais, econômicos e sociais. O quadro 4 a seguir mostrará de forma resumida alguns benefícios potenciais advindo do uso público em UC's.

Quadro 4: Benefícios aportados pelas UC's a serem abordados nos programas de uso público.

BENEFÍCIOS AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none">• Guardar ecossistemas naturais e modificados que são essências na manutenção dos sistemas sustentadores de vida;• Conservar espécies da flora e fauna silvestre representativos de um ou mais ecossistemas, mantendo a diversidade genética das espécies presentes na área;• Conservação das características biofísicas importantes para a regulação dos ciclos hidrológicos e climáticos local e/ou regional.
BENEFÍCIOS ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none">• Oferta de empregos diretos e indiretos às comunidades do entorno elevação dos ingressos em razão do ecoturismo nas áreas silvestres;• Possibilidade de haver aproveitamento direto sustentável dos recursos naturais por meio da coleta de produtos alternativos;• Provimento de barreiras naturais contra



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

	enfermidades em cultivos agrícolas e animais de criação.
BENEFÍCIOS SOCIOCULTURAIS	<ul style="list-style-type: none">• Oportunidade para a educação e pesquisa científica;• Manutenção de sítios relevantes à inspiração espiritual, e entretenimento e a recreação;• Proteção e conservação de locais de importância cultural, lugares históricos, monumentos antropológicos, e sítios onde há uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

Fonte: Faria e Pires, 2007 (citado por UICN/PNUMA/WWF, 1991).

Um desafio bastante acentuado no manejo é a gestão de visitação, sobre isso, Passold e Kinker (2010), fala que a visitação pública, que pode levar ao desenvolvimento do turismo, com a participação de uma diversidade de atores e forte envolvimento das comunidades locais, é uma das principais atividades geradores de recursos para as UC's e para fora delas, e deve ser estimulado de maneira a potencializar os benefícios, sem interferir na implementação de outros programas e atividades de manejo e ocasionar impacto negativo aos recursos naturais e valores históricos culturais.

Com mecanismo das práticas de conservação, Neiman (2008) visualiza o ecoturismo em UC como uma estratégia de conservação e valorização dos recursos naturais e culturais, pois é uma atividade que busca conciliar a conservação, educação ambiental e benefícios às comunidades receptoras. Nesse sentido, é pertinente afirmar que no planejamento do uso público e nas práticas do ecoturismo, deve incluir a interpretação e educação ambiental como ferramenta capaz de fazer com que o visitante tenha uma experiência que consiga adquirir conhecimentos, e ser sensibilizado acerca da importância dos princípios da conservação da natureza.

Corroborando com isso, Neiman (2008), ressalta que os participantes da atividade em UC's devem ser levados a trabalhar a sensibilização, a emotividade e intuição. As atividades não podem estar ligadas exclusivamente ao raciocínio, mas sim aos aspectos emocionais. A educação, interpretação e o lúdico são utilizados para possibilitar a expansão da consciência conservacionista através, sempre, do envolvimento afetivo das pessoas com a natureza e a cultura local, numa tentativa de aproximação desse novo território como sendo o seu. Além disso, é pertinente destacar a importância da inclusão da população do entorno no processo de



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

elaboração e implementação de projetos, que visem a viabilidade econômica, vertente ambiental e a inclusão social.

Dessa forma, a eficiência e qualidade da gestão das UC's tornam-se pontos imprescindíveis que tendem auxiliar o desenvolvimento do turismo, podendo assim garantir a conservação dos recursos naturais, inserindo a comunidade do entorno no processo de planejamento e execução do turismo, visando à valorização dos aspectos históricos culturais.

Ainda em se tratando da inclusão e participação social em UC's, tem sido uma estratégia nas políticas ambientais e turísticas, na busca de uma gestão descentralizada e participativa, porém ainda encontra vários desafios e entraves. Nesse sentido, a participação social na gestão de UC's deve ser pautada a partir da aplicabilidade dos princípios relativos à equidade, ética e transparência.

3 METODOLOGIA

Para isto, o *corpus* metodológico da pesquisa se caracteriza de natureza teórica, foi feito levantamento bibliográfico, de acordo com Marconi e Lakatos (2003) tal pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia tornada público em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Sendo assim, foi feito levantamento de materiais que abordassem as temáticas pertinentes a este trabalho: Ecoturismo; Unidades de Conservação e Gestão de UC's. Esta etapa foi importante para auxiliar no processo de reflexão sobre desenvolvimento do ecoturismo no âmbito de áreas naturais protegidas. Auxiliaram nesta reflexão autores como: Debetir e Orth (2007); Faria (2008); Neiman (2008); Passald e Kinker (2010); Mikhailow e Janice (2008) e entre outros.

O levantamento bibliográfica foi realizado a partir de busca e livros e artigos científicos. A busca foi realizada no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, bem como foram realizadas buscas em fontes de internet, como via Google acadêmico, periódicos Capes, em especial nas revistas qualificadas em turismo em nível nacional e internacional (inglês e espanhol), como também foi utilizada para busca a base digital de teses e dissertações. A busca resultou em textos selecionados e filtrados a partir de



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

“palavras chaves” como, Unidades de Conservação/Áreas Naturais Protegidas, Ecoturismo e gestão.

4 CONCLUSÃO

O Ecoturismo, enquanto atividade de recreação e lazer dispõe de características e práticas que buscam desenvolver determinada região quando implementado. No presente trabalho foi apresentado às práticas de Ecoturismo dentro das Unidades de Conservação, os benefícios que a prática trás para as UC's e os principais desafios enfrentados pelo segmento, quanto a sua implementação. As práticas são voltadas para conservação e conscientização dos visitantes e comunidades locais, que devem estar presentes como agente participativo durante o desenvolvimento, principalmente na criação do Plano de Manejo.

O documento deve ser desenvolvido pela gestão das UC's em conjunto com a comunidade, levando em consideração sua história, relações culturais, biodiversidade e geodiversidade ali estabelecidas. O documento é de suma relevância para o desenvolvimento da UC, principalmente para implementação do segmento de Ecoturismo, pois o mesmo irá atuar enquanto diretriz para desenvolvimento das atividades, assim minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos.

Com planejamento e organização adequado dentro das UC's, torna-se perceptível os benefícios ambientais, econômicos e socioculturais oriundos do uso público dos espaços, tanto para pesquisas científicas quanto para atividades de lazer. Dessa forma o ecoturismo surge como estratégia de conservação dos meios naturais e culturais, sendo necessário reafirmar que nas práticas do ecoturismo, é de suma importância a interpretação e educação ambiental como ferramenta para sensibilizar os visitantes acerca da importância dos princípios da conservação da natureza.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ecoturismo: Diretrizes para Política Nacional. Brasília/DF, 1994.

IX ETBCES - Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável - De 14 a 18 de agosto de 2019.
Anais publicados sob número de ISSN 2447-0600.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf> Acessado em 31/07/2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Unidade de Conservação: Conservando a vida, os bens e os serviços ambientais. São Paulo/SP, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: Orientações Básicas. Brasília/DF, 2008.

BUENO, et.al. **Ecoturismo Responsável e seus Fundamentos**. 1. ed. Technical Books. Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, N. M. C. COSTA, V. C. Educação Ambiental pelo Ecoturismo, em Unidades de Conservação: uma proposta efetiva para o parque estadual da pedra branca (PEPB) – RJ. 2005. **Revista Geográfica**. n. 138. p. 71-87. Dezembro de 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40996709?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 13/05/2019.

DEBETIR, E. e ORTH, D. (Orgs.). **Unidades de Conservação: Gestão e Conflitos**. Florianópolis: Insular, 2007. pp. 11-66, 89-110

FARIA, H. H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP. Presente Prudente, SP. 2004. 401p.

FARIA, H. H. de; PIRES, A. S. **Atualidades em Gestão de Unidades de Conservação**. In Unidades de Conservação: Gestão e Conflitos. Org. Dora Orth e Emiliana Debetir. Editora Insular. Florianópolis, SC. 2007a. pg. 11-41.

MIKHAILOV, I; JANICE, M. Ecoturismo em Unidades de Conservação: um estudo de caso do parque Estadual do Turvo, Durrubadas – RS. 2008. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 8, n 3, 2008. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/279/194> Acesso em: 13/05/2019.

NEIMAN, Z. Ecoturismo e educação ambiental em unidades de conservação: a importância da experiência dirigida. In: COSTA, Nadja Maria Castilho. NEIMAN, Zysman. **Pelas Trilhas do Ecoturismo**. São Carlos: RiMa, 2008. p. 33-49.

PASSOLD, A. J; KINKER, S. M. S. Visitação sustentável em unidades de conservação. In: **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Eds.). Barueri, SP: Manole.2010.